

PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO: CORRESPONDÊNCIAS E INTERFACES COM A LITERATURA INTERNACIONAL SOBRE EXTENSÃO RURAL¹

Mauro Barcellos Sopena²

RESUMO

O presente artigo analisa construções teóricas específicas acerca do *papel* do Estado brasileiro na perspectiva do desenvolvimento produtivo que, de forma convencional, vinculam-se ao conceito de *novo-desenvolvimentismo*. Na discussão desta recente abordagem, elementos teóricos são cotejados com a literatura internacional sobre políticas de extensão rural procurando verificar correspondências e interfaces. Os resultados globais indicam importante sintonia entre as políticas *pro-market* preconizadas para os serviços de extensão rural e a orientação para o desenvolvimento produtivo, própria do modelo novo-desenvolvimentista.

Palavras chave: desenvolvimento produtivo, políticas de extensão rural, pro-market.

ROLE OF THE STATE IN BRAZILIAN PRODUCTION DEVELOPMENT PERSPECTIVE: CORRESPONDENCE AND INTERFACES WITH THE INTERNATIONAL LITERATURE ON RURAL EXTENSION

ABSTRACT

The article discusses specific theories about the function of the Brazilian State in the perspective of productive development, conventionally, are linked to the concept of "new developmentalism". In this recent discussion, theoretical elements are collated with the international literature on rural extension policies seeking to determine correspondences and interfaces. The overall results indicate significant correspondence between the pro-market policies recommended for extension services and direction for productive development, own the new model-developmental.

Keywords: production development. policies rural extension. pro-market.

¹ O autor agradece à Profa. Dra. Vivien Diesel pelas orientações teóricas e metodológicas, eximindo-a de qualquer responsabilidade por eventuais falhas que o artigo possa apresentar.

² Economista, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (UFSM). Professor Adjunto da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). E-mail: maurosopena@unipampa.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A literatura sobre desenvolvimento oferece diferentes abordagens teóricas que variam em complexidade e escopo. Em alguma medida, é recorrente a preocupação acerca do *papel* e do sentido que o **Estado** possui diante do modelo de desenvolvimento preconizado. Esta pesquisa objetiva discutir esta questão como um elemento central. De um lado, utiliza-se de um referencial teórico baseado no que se convencionou chamar de **novo desenvolvimentismo**; de outro, procura-se cotejá-lo com a literatura internacional referente à **extensão rural**. Considera-se profícuo o esforço de *filtrar* políticas de extensão rural por meio da literatura indicada, em especial (a) pelo pressuposto, aqui assumido, de que a política agrícola brasileira se sujeita à agenda de Estado e, em complemento, (b) pela constatação de que o acesso de pequenos produtores ao mercado privado é condição desejável naquela literatura.

No âmbito da discussão sobre novo desenvolvimentismo, pesquisas recentes fazem referência ao conceito de **desenvolvimento produtivo**, elemento privilegiado quando se assume o intento de avaliar o acesso de pequenos produtores ao mercado, gerando crescimento com equidade. Em referências internacionais, adiante expostas e especialmente vinculadas ao *Neuchâtel Group*, o propósito de avaliar condições de acesso ao mercado igualmente se faz presente (práticas e políticas *pro-market*)³. Este aporte teórico apresenta-se, ainda, apropriado para pesquisas que se orientam no sentido de analisar práticas e experiências na área de extensão rural. Ademais, considera-se fundamental a verificação de como este *sentido* de Estado deriva para as práticas de extensão rural, com que vitalidade se forma e que propriedade assume.

A agenda para o rural no Brasil vincula-se, com vigor, à centralidade das **cadeias produtivas** baseadas na produção de *commodities* e ao avanço produtivo do agronegócio brasileiro. Este argumento é sustentado tanto pela literatura especializada, de foco crítico, quanto pela análise empírica, rica em indicadores que corroboram a pujança econômica deste segmento produtivo (SCHNEIDER, 2010). No plano ideológico se pode encontrar uma crítica a este modelo, notadamente no que diz respeito à, entre outros, (a) sujeição da economia brasileira ao contexto externo via mercado de *commodities*; (b) ao oligopólio das agroindústrias na produção primária e (c) a concentração produtiva em poucos produtos (TEIXEIRA, 2013). De outro lado, conforme Barcelos (2013), a concentração de terras, de investimentos, de crédito e de renda no agronegócio é o resultado mais marcante da política pública que atualmente se observa no Brasil, evidência esta que, por si só, inviabiliza respostas para as grandes questões do meio rural⁴.

³ Os trabalhos do Group Neuchâtel somam-se a outras pesquisas, consideradas referências. Entre elas, destacam-se as publicações do Banco Mundial, FAO, ODI, G-FRAS, IIED e GTZ. Este conjunto de instituições é considerado como a referência internacional para a análise de serviços de extensão rural.

⁴ Esta breve análise, de cunho conjuntural, não prescinde do **marco legal** que sustenta e regula a atividade agrícola. Embora não haja um ordenamento jurídico tipificado para o chamado agronegócio, legislações agrárias e agrícolas são usualmente empregadas na determinação de políticas e ações sobre o meio rural. Na Lei Federal Nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola brasileira, alguns elementos destacam-se: Art. 1º fixa os fundamentos, define os objetivos e as competências institucionais, prevê os recursos e estabelece as ações e instrumentos da política agrícola, relativamente às atividades agropecuárias, **agroindustriais** e de planejamento das atividades pesqueira e florestal. Art. 2º. O setor agrícola é constituído por segmentos como: produção, insumos, agroindústria, comércio, abastecimento e afins, os quais respondem diferenciadamente às políticas públicas e às **forças de mercado**. Art. 3º. XI - estimular o processo de **agroindustrialização** junto às respectivas áreas de produção. Art. 17º. O Poder Público manterá serviço oficial de **assistência técnica** e **extensão rural**, sem paralelismo na área governamental ou privada, de caráter educativo, garantindo atendimento gratuito aos pequenos produtores e suas formas associativas, visando [...] IV - disseminar **informações conjunturais** nas áreas de produção

Uma interpretação acadêmica do rural contemporâneo pode ser encontrada em Buainain et. al (2013). Nela, observa-se a predominância do capital a partir da década de 90, tanto no sentido agrário como agrícola. Não mais a propriedade ou a posse da terra são determinantes, como no passado o fora, mas a **centralidade que o capital** possui no novo cenário. Inovação e seletividade são seus atributos; o que corresponde às características próprias presentes no modelo do agronegócio. Antônio Buainain centra a questão da seguinte forma:

É preciso afirmar incisivamente que a ação governamental destinada ao campo brasileiro é atualmente inadequada do ponto de vista social e em relação às principais facetas do desenvolvimento agrário. Urge, portanto, obter uma resposta da sociedade à pergunta: queremos um pujante país agrícola, o maior produtor de alimentos do mundo, assentado em uma agricultura de bases tecnologicamente modernas, mas operado quase exclusivamente em unidades produtivas de larga escala? (BUAINAIN, et. al. 2013, p. 23).

Neste contexto, em que o capital ganha espaço e se impõe decisivamente, o mercado assume uma centralidade inquestionável na determinação dos rumos do desenvolvimento, seja ele rural ou não. Discutir, portanto, as concepções teóricas relativas a este cenário torna-se uma tarefa importante.

Em termos metodológicos, privilegia-se neste estudo a pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório e qualitativo. Por suas características, o trabalho parte de uma reflexão teórica que, segundo Poupart et al (2012, p. 134), *não visa tanto à operacionalização dos conceitos que possibilitam dar início à pesquisa, [...] como à delimitação progressiva do objeto*. Para os autores, uma pesquisa bibliográfica abrangente é válida quando se concebe o conhecimento como cumulativo, especialmente pelo fato de que *é preciso ler o que se escreveu sobre o tema e sondar os domínios teóricos que podem esclarecer a questão* (POUPART et al, 2012, p. 135). A Figura 1 permite verificar os objetivos da pesquisa.

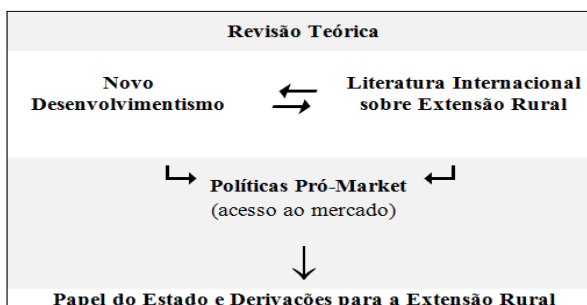


Figura 1: Objetivos da pesquisa

Fonte: elaboração própria

agrícola, comercialização, abastecimento e agroindústria. Art. 45º. O Poder Público apoiará e estimulará os produtores rurais a se organizarem nas suas diferentes formas de associações, cooperativas, sindicatos, condomínios e outras, através de [...] V - a implantação de **agroindústrias**. Art. 48º. Do Crédito Rural [...] I - **estimular os investimentos rurais** para produção, extrativismo não predatório, armazenamento, beneficiamento e **instalação de agroindústria**, sendo esta quando realizada por produtor rural ou suas formas associativas. A Constituição Federal (CF/88), em seu Art. 187, estabelece diretrizes de política agrícola que compreendem a participação efetiva do setor de produção, especialmente com relação ao crédito, preços mínimos, comercialização, ATER, seguro agrícola e cooperativismo. Atividades agroindustriais estão compreendidas no referido parágrafo.

Em Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é vista como natural e recorrente em trabalhos científicos, no entanto, em certos casos, *há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo* (GIL; 2008, p. 50). Em complemento, considera o autor que uma das vantagens ao se conduzir este tipo de pesquisa está na **amplitude de fenômenos e resultados** que se pode obter, quando comparada com pesquisas de campo.

Com base neste delineamento, o trabalho divide-se em quatro partes. Além desta (a) introdução, conta com (b) a revisão teórica sobre o novo-desenvolvimentismo; (c) o aporte teórico internacional sobre extensão rural e, por fim, com (d) as conclusões do estudo. A seguinte seção apresenta a estrutura teórica da pesquisa. A seleção de trabalhos, nela oferecida, pretende ser apropriada do ponto de vista de sua correspondência com as políticas de extensão rural; adiante relacionadas. Além da discussão sobre o *novo desenvolvimentismo*, apresenta-se o contexto do debate sobre *acesso a mercados*, recorrente na literatura internacional sobre serviços de extensão rural.

2. O NOVO DESENVOLVIMENTISMO

A literatura sobre o novo desenvolvimentismo revela-se apropriada para discussões contemporâneas sobre o papel que o Estado desempenha, seja no âmbito econômico-produtivo, seja no contexto social. O debate não pode ser considerado original quanto ao seu objeto de estudo - o Estado. Notadamente, de Adam Smith à Keynes, passando pelo olhar cepalino, se pode encontrar um conjunto gigantesco de interpretações que vão desde o Estado mínimo até o Estado participativo (BRESSER-PEREIRA, 2006). Segundo Fiori (2011, p. 1), autor cético quanto à formulação de teorias novo-desenvolvimentistas (pelo fato de que a questão do poder não estaria incluída nesta abordagem), de uma forma ou outra a "questão do Estado" sempre esteve presente, nos dois lados desta disputa, que acabou sendo mais ideológica do que teórica. Para o autor, a centralidade de tal discussão em torno do Estado pode ser assim entendida: o pivô de toda a discussão e o grande pomo da discórdia sempre foi o Estado e a definição do seu papel no processo do desenvolvimento econômico. Outro viés crítico encontra-se em Fleury (2013). O sentido dado ao Estado brasileiro, para a autora, é de certa conveniência no uso e na valorização da lógica do mercado como melhor provedor de bens coletivos. Ao discordar das articulações atualmente estabelecidas entre Estado e mercado, pondera que há uma espécie de institucionalidade oculta, já que interesses mercantis passaram a circular no interior dos sistemas públicos universais. Uma percepção muito próxima e crítica acerca da abordagem novo desenvolvimentista defende que:

[...] essa prevalência do mercado se mantém e se amplia, mesmo diante da crise do neoliberalismo. A reação dos governos progressistas se fez sentir na busca da retomada do desenvolvimento econômico nacional [...]. Recentemente, foram tomadas medidas de políticas públicas voltadas para impulsionar o desenvolvimento, tais como: transferências de renda, distribuição de subsídios a setores industriais, aumento sustentado do salário mínimo e do crédito popular e ampliação do investimento público. Essas medidas expandiram tanto o consumo popular como a capacidade competitiva de alguns

grandes grupos nacionais, fortemente apoiados por investimento público, além de seu poder de definição da agenda pública. [...] [N]essa mudança de rumo no contexto pós-neoliberal [...] a agenda pública passa a ser construída predominantemente por atores poderosos, como a mídia e o mercado [...]. Para isso, é preciso que as políticas públicas estejam estreitamente vinculadas aos interesses dos grupos empresariais que passaram à condição de sócios privilegiados do governo (FLEURY, 2013, p. 4).

Como indicado, interpretações críticas são possíveis, especialmente quando se amplia o horizonte de análise. As contribuições da literatura sobre novo desenvolvimentismo são ricas, entretanto, quando assumem o desafio de investigar o sentido do Estado em um novo cenário, mais desafiador e mais complexo. A nova expressão pretende ser portadora de um sentido novo, que abranja a complexidade do mundo atual por meio de estratégias diferentes daquelas observadas no passado brasileiro (SICSÚ, et al, 2007 ; CARDOSO JR; SIQUEIRA, 2011). Segundo estes autores, Estado e mercados são duas instituições importantes nesta linha de interpretação, pois, o novo desenvolvimentismo:

[...] não objetiva pavimentar a estrada que poderia levar o Brasil a ter uma economia centralizada, com um Estado forte e um mercado fraco. Esta alternativa também não objetivaria construir o caminho para a direção oposta, em que unicamente o mercado comandaria a economia, com um Estado fraco. Uma visão novo-desenvolvimentista rejeitaria essas duas possibilidades extremas. Contudo, entre esses dois extremos existem ainda muitas opções. Avaliamos que a melhor delas é aquela em que seriam constituídos um Estado forte que estimula o florescimento de um mercado forte. Nossas teses [...] são as seguintes: (i) não haverá mercado forte sem um Estado forte; (ii) não haverá crescimento sustentado a taxas elevadas sem o fortalecimento dessas duas instituições (Estado e mercado) e sem a implementação de políticas macroeconômicas adequadas; (iii) mercado e Estado fortes somente serão construídos por uma estratégia nacional de desenvolvimento; e (iv) não é possível atingir o objetivo da redução da desigualdade social sem crescimento a taxas elevadas e continuadas. (SICSÚ, et al, 2007, p. 509).

Algumas propriedades do Estado novo-desenvolvimentista são fundamentais. De um lado, sua função de regulador da economia é assegurada juntamente com ações que sejam complementares à iniciativa privada. De outro, tais concepções são alicerces para políticas que privilegiem o combate as desigualdades de renda e riqueza (SICSÚ, et al, 2007; FERREIRA, 2012). Vale aqui ressaltar que características deste nível estão fortemente vinculadas ao pensamento e ao discurso (pós)keynesiano. Neste campo econômico puro, investimentos e promoção da demanda agregada são alvos centrais das políticas econômicas novo-desenvolvimentistas que não persigam unicamente a estabilidade de preços, mas a transformação produtiva (SICSÚ, et al, 2007). Embora estabeleça uma crítica ao modelo de Estado preconizado pelo novo desenvolvimentismo, Ferreira (2012, p. 2) compreende o tratamento conceitual dado recentemente ao novo desenvolvimentismo como uma concepção que se baseia:

[...] num ideal de Estado forte que estimule e fortaleça o mercado, além de também proporcionar o desenvolvimento social. Trata-se, portanto, de “uma forma de gestão” que deve ser germinada na sociedade e uma reforma no Estado, que “requer não somente uma maior profissionalização da gestão pública como também um certo grau de descentralização do Estado”.

Em trabalho de Bresser-Pereira (2006), considerado pela literatura pertinente como um dos principais pesquisadores do tema no Brasil (MATTEI, 2013), o novo desenvolvimentismo representa:

[...] um “terceiro discurso”, entre o discurso populista e o da ortodoxia convencional, e o conjunto de diagnósticos e idéias que devem servir de base para a formulação, por cada Estado-Nação, da sua estratégia nacional de desenvolvimento. É um conjunto de propostas de reformas institucionais e de políticas econômicas, por meio das quais as nações de desenvolvimento médio buscam, no início do século XXI, alcançar os países desenvolvidos. Como o antigo desenvolvimentismo, não é uma teoria econômica: baseia-se principalmente na macroeconomia keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimento, mas é uma estratégia nacional de desenvolvimento. É a maneira pela qual países como o Brasil podem competir com êxito com os países ricos e, gradualmente, alcançá-los BRESSER-PEREIRA (2006, p. 12).

Em estudo de Saad-Filho e Morais (2011, p. 520) o escopo do novo desenvolvimentismo pode ser assinalado como segue:

[...] o novo--desenvolvimentismo contém um corpo articulado de políticas econômicas baseadas teoricamente no keynesianismo e no estruturalismo cepalino. Seu objetivo é representar uma nova estratégia de desenvolvimento, superando o nacional-desenvolvimentismo tradicional e adequando os seus princípios às novas realidades emergentes da revolução tecnológica e da globalização. Essa política econômica advoga a necessidade de uma ruptura com as políticas macroeconômicas neoliberais, a serem substituídas por novas políticas monetárias, cambiais e fiscais, e subordina a adoção das novas políticas à existência de um projeto nacional para o Estado brasileiro.

Como se pode observar, o conceito de desenvolvimento produtivo é central nesta abordagem. O *papel* do Estado, nesta perspectiva contemporânea, revela atingir uma *sintonia* política diante da desafiadora complexidade atual, ao mesmo tempo em que privilegia ações de ordem econômico-produtiva e social. Para Oreiro e Paula (2009, p. 11):

Na perspectiva novo-desenvolvimentista o crescimento econômico é condição necessária mas não suficiente para resolver o problema da miséria e da desigualdade social que marca a sociedade brasileira. Maior crescimento econômico permite gerar mais empregos e ao mesmo tempo elevar a arrecadação tributária que pode ser utilizada na implementação de programas sociais universalizantes (em particular em

educação e saúde) e programas mais focalizados (como programa de renda mínima). Políticas sociais e educacionais – entendidas como instrumentos para a inclusão formal de segmentos da população à margem da sociedade brasileira – são elementos centrais no enfrentamento da questão das fortes desigualdades presentes no País.

A importância dada ao Estado e ao mercado permite que se vislumbre, por meio destas duas instituições, alternativa e estratégia promissora ao neoliberalismo, defendendo, assim, um "Estado forte" que estimula e viabiliza um "mercado forte". O sentido keynesiano de Estado "regulador" da economia não deve ser desprezado. Por meio desta perspectiva, se busca alcançar resultados sociais, tais como a distribuição de renda e riqueza, promovendo o desenvolvimento social (BASTOS, 2012). Em análise de Cardoso Júnior & Siqueira (2011, p. 34-35), este tema:

[...] se torna particularmente relevante agora, uma vez passada a avalanche neoliberal das décadas de 1980 e 1990 e suas crenças em torno da concepção minimalista de Estado. Diante do malogro do projeto macroeconômico neoliberal (baixas e instáveis taxas de crescimento) e suas consequências negativas nos planos social e político (aumento das desigualdades e da pobreza, e o enfraquecimento dos mecanismos democráticos), evidencia-se já na primeira década do novo século certa mudança de opinião a respeito das novas atribuições dos Estados Nacionais [...]. Estas questões recolocam – necessariamente – o tema do Estado no centro da discussão sobre os rumos do desenvolvimento, em sua dupla perspectiva, global-nacional.

A importância do Estado, nesta linha interpretativa dos autores, considera:

[...] a compreensão do Estado como ator estratégico fundamental em qualquer processo que se queira de desenvolvimento, pois é esse ente, em última instância, o responsável por garantir a segurança interna, por ordenar o uso sustentável do território, por regular, enfim, a atividade econômica e promover políticas públicas. (CARDOSO JR.; SIQUEIRA, 2011, p. 41).

Este conjunto de entendimentos acerca do novo-desenvolvimentismo recoloca a relação entre Estado e mercado em outro patamar. Ademais, sujeita ações e práticas em torno do desenvolvimento produtivo, considerando-o imprescindível e estratégico para o desenvolvimento. Nestas condições, não apenas a promoção, mas o acesso ao mercado passa a importar, especialmente enquanto mecanismo corroborado pela pretensão de *mercado forte*, anteriormente destacado. Diante do exposto, examina-se a seguir a correspondência entre as políticas preconizadas pelo novo-desenvolvimentismo e a literatura internacional sobre extensão rural, objetivando construir um marco teórico capacitado para compreender políticas públicas da área.

3. POLÍTICAS PRO-MARKET

Políticas de extensão rural orientadas ao mercado (*pro-market*) são a seguir destacadas. Privilegia-se, nesta secção, a literatura internacional disponível sobre o

tema, enfocando aquelas publicações que tratam diretamente do acesso ao mercado para pequenos produtores rurais. A relação entre os elementos preconizados nesta literatura e o debate sobre o *novo-desenvolvimentismo* é, como exposto na secção anterior, um meio particular de se vislumbrar o "novo" papel do Estado no âmbito da extensão rural no Brasil. Esta aproximação se justifica através de quatro pontos fundamentais:

(a) o novo-desenvolvimentismo é uma temática recente e, portanto, apropriada para se avaliar a *agenda* do Estado brasileiro em diferentes frentes de atuação;

(b) o viés novo-desenvolvimentista encerra tanto o aspecto econômico-produtivo quanto o social, compreendendo ações em cenários mais complexos;

(c) a complementariedade existente entre Estado e mercado realça a importância das duas instituições para a *agenda* brasileira, com forte estímulo ao mercado;

(d) o desenvolvimento produtivo, derivado do fortalecimento do mercado, é enfatizado pela corrente novo-desenvolvimentista (*mercado forte*).

Em pesquisa dirigida ao fortalecimento e consolidação das questões de extensão rural, Swanson & Rajalahti (2010, p. 16) destacam que um dos objetivos centrais da extensão rural está na orientação para o mercado com agregação de valor⁵. Nesta perspectiva, consideram importante a superação de políticas *top-down*, permitindo maior valorização produtiva e acesso ao mercado via organização e preparação em termos de recursos humanos orientados ao mercado (*economic literacy*). Ainda, segundo os autores, informações do mercado importam para o posicionamento dos produtos, bem como as normas gerais de certificação para o caso de acesso a mercados no exterior. Alertam, no entanto, que esta prescrição de ações dependerá fortemente de engajamento político, especialmente através de ministérios de agricultura e finanças dos países. Esta primeira aproximação permite verificar a natureza que a extensão rural assume, basicamente voltando-se para políticas que preconizam, com propriedade, o acesso ao mercado⁶. Tais ações assumem na literatura especializada, em alguns casos, o sentido de *Regoverning Markets* (LOUW, 2008).⁷

Em outra obra, publicada pelo Banco Mundial, Rajalahti, et al (2012) organizam elementos que consideram essenciais em termos de inovação na agricultura. A autora utiliza a expressão *agricultural innovation system (AIS)* para

⁵ [...] the focus will shift to key issues related to the creation of a more market-driven extension system, especially when more attention and resources are given to the intensification and diversification of farming systems. In addition, if small-scale farmers are to supply different high-value crops, livestock, and other products to markets [...]

⁶ Em recente *paper* publicado pelo G-FRAS, uma concepção muito objetiva acerca do papel da extensão rural pode ser encontrada: *Extension services are essential to enable farmers to improve their practices and help them respond to emerging challenges. Knowledge, ideas, and skills gained through extension programmes can help farmers increase their productivity, reduce losses, and gain better access to markets. The positive impact of extension services is well demonstrated globally. Whether through Farmer Field Schools, marketing training, or by using innovative technologies, knowledge sharing underpins sustainable agricultural practices* (G-FRAS, 2012).

⁷ Em linhas gerais, projetos *Markets Regoverning* relacionam-se aos estudos acerca da modernização de mercados agroalimentares de economias emergentes e as implicações que estes fenômenos trazem para pequenos produtores rurais. Segundo o International Institute for Environment and Development (IIED), o objetivo geral do programa é fornecer consultoria estratégica e orientação para o setor público, atores da cadeia agroalimentar, organizações da sociedade civil, organizações econômicas dos produtores e agências de desenvolvimento. O serviço de orientação refere-se às abordagens que podem antecipar e gerir os impactos das mudanças dinâmicas nos mercados locais e regionais.

reunir o conjunto de temas tratados. No que se refere ao tema em *tela*, referências à necessidade de reformulação das práticas extensionistas em prol do acesso a mercados igualmente podem ser encontradas. Ademais, considera-se que o estabelecimento de pequenos produtores rurais em cadeias produtivas, altamente competitivas, requer capacidade de inovação via interação com outros atores da cadeia produtiva⁸, orientação esta também encontrada no estudo de Sulaiman & Davis (2012). Não há uma discussão clara acerca do *poder* ou da legitimidade de um sistema ou de outro⁹ e, assim:

[...] instead of trying to impose new directions on this process, policy makers should identify the main trends guiding the expansion of different markets and seek interventions that can steer the process in ways that spur economic growth and alleviate poverty (RAJALAHTI, 2012, p. 56).

Nesta orientação:

Modern marketing chains can foster economic growth and alleviate poverty directly and indirectly. Direct effects include higher incomes for farmers who participate in the marketing chain; the development of innovation capabilities (through interactions with other actors in the chain); the diffusion of technical, organizational, and institutional innovations; and the creation of employment in rural areas. (RAJALAHTI, et al, 2012, p. 52).

Em trabalho de Ian Christoplos (2008), com apoio do Grupo Neuchâtel, experiências acerca do acesso ao mercado foram conduzidas em mais de trinta realidades¹⁰. O intuito central foi o de avaliar as necessidades de acesso e detectar as exigências em cada região. Os resultados desta investigação, em síntese, demonstram que (a) as exigências do mercado estão mais complexas; (b) o conhecimento mercadológico é uma condição fundamental; (c) análises sobre cadeias produtivas são essenciais; (d) um conjunto de atores deve ser atendido (não apenas os agricultores), pelo fato de que as cadeias produtivas são complexas e (e) as transferências de tecnologia (modelo tradicional) não mais dão conta da nova realidade¹¹. Para o autor:

⁸ Para os casos de nichos de mercado (*niche markets*), considerados pelos autores como *redes de inovação*, algumas dificuldades surgem: (a) dependem de liderança eficaz; (b) forte capacidade de inovação; (c) rotina para a aprendizagem; (d) confiança mútua; (e) forte experimentação (em longo-prazo). Por outro lado, produtos destes mercados *cannot expand beyond a certain size without becoming commoditized. For this reason, they can make only a limited contribution to alleviating poverty* (RAJALAHTI et al, 2012, p. 53).

⁹ Frank Dobbin et al (2007) realiza pertinente investigação sobre a difusão de políticas públicas no âmbito internacional. Embora não seja esta a questão central do presente artigo, se considera a temática muito promissora para a análise dos referenciais aqui discutidos. O trabalho discute quatro perspectivas teóricas usualmente empregadas como forma de abordar o fenômeno: (1) o olhar construtivista; (2) a coerção; (3) a competição e (4) o aprendizado. Em todas as perspectivas se revela (em maior ou menor medida) mecanismos que remetem a discussão ao conceito de tutela (*trusteeship*), elemento próprio de muitas abordagens sobre desenvolvimento.

¹⁰ O autor refere-se a estas experiências pela sigla MOAAS (Market-Oriented Agricultural Advisory Services). Estas experiências, em verdade, são fruto de trabalho realizado para o Fórum Africano para a Agricultural Advisory Services (AFAAS) e apresentam diferentes *lições* sobre acesso ao mercado para países africanos (MOAAS, 2011). Segundo o documento da entidade, o objetivo central das ações é assim determinado: *Pro-poor MOAAS are knowledge services which assist small- to medium-scale farmers and other actors in agricultural value chains to increase their access to markets and secure benefits from commercialisation* (MOAAS, 2011, p. 8; KAHAN, 2011).

¹¹ *With a market-orientation perspective, technology transfer is secondary to the social and institutional innovations required to bring actors together, get products to market, ensure competitiveness and profitability*

The agricultural market environment is changing with unprecedented speed and in very diverse ways — globally and locally. A small number of well-off farmers with favourable conditions for production have been the primary beneficiaries of these developments, while small-scale producers, traders and processors have been largely unable to take advantage of available opportunities, above all because they lack the capacity to meet market demands for quality, quantity and timeliness. Inadequate access to information, understanding and networks are one form of capacity constraint. Market oriented agricultural advisory services (MOAAS) are one of the services needed if value chain development is not to become a 'race to the bottom' for those unable to compete in more profitable markets. (CHRISTOPLOS, 2008, p. 1).

A orientação para o mercado é clara no trabalho de Ian Christophlos. Ademais, como sugere em sua obra, o apoio político para esta empresa é necessário, tanto em termos públicos quanto privados – e de forma diversificada: *research, legal/regulatory structures, financial services, rural education, infrastructure etc., which support market orientation* (CHRISTOPLOS, 2008, p. 3). O acesso ao mercado depende da atenção dada às diferentes etapas da cadeia de valor, como demonstra a figura 2:

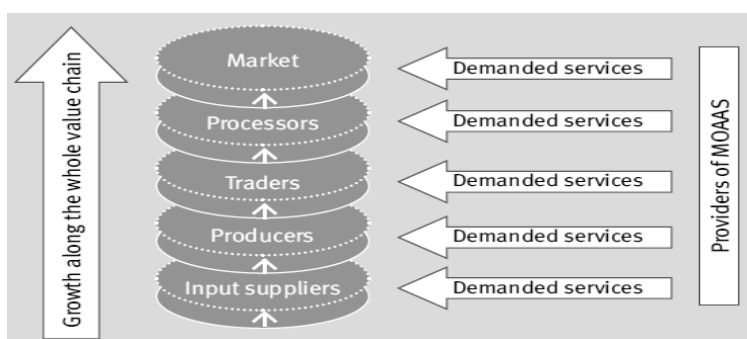


Figura 2: A value chain approach to advisory services

Fonte: Christophlos (2008, p. 2); Neuchâtel Group (2008, p. 11).

Para Seville et al (2011) e Alarcon (2012¹²), a inserção em cadeias produtivas (*value chains*) representa uma condição imprescindível, sem a qual a agenda de muitos países não se concretizará. Ao referirem-se ao potencial da agricultura em superar a pobreza (potencial este quatro vezes superior a outros setores da economia), consideram que a agricultura está na agenda do desenvolvimento¹³. Em Seville (2011), pequenos produtores devem estar inseridos

and establish linkages among producers, processors, traders and service providers. (CHRISTOPLOS, 2008, p. 2).

¹² Alarcon considera que o trabalho extensionista deve ser pautado na gestão/promoção da inovação e aprendizagem com ênfase em cadeias de valor (mercado), compreendendo um amplo número de participantes e garantindo o sentido territorial que a atividade encerra.

¹³ Sobre este aspecto, o trabalho de Mejia (2003) oferece amplo debate sobre políticas de extensão rural na América Latina. Com objetivo semelhante, Aguirre (2012) trata das características da extensão rural de forma particular, ou seja, a partir do atual contexto de cada país. Referências aos mercados dinâmicos e às cadeias

em mercados (locais ou globais) de forma estratégica para se reduzir a pobreza rural e a fome. Em suas palavras, *understanding how to link poor producers successfully to markets, and identifying which markets can benefit what kinds of producers, are critical steps for the development community* (SEVILLE et al, 2011, p. 3).

Embora a inserção de pequenos produtores aos mercados formais não represente uma tarefa fácil, estratégias focadas podem permitir certa segurança dentro de cadeias produtivas, notadamente em termos de fortalecimento de vínculos formais. Seville et al (2011) entendem que, em linhas gerais, é necessário criar condições em que (a) o conhecimento e as práticas que atendam as exigências do mercado sejam atingidos; (b) se consiga adaptar as relações comerciais de forma promissora; (c) se trabalhe no sentido de envolver o consumidor ao processo produtivo e (d) se diversifique a produção de forma sustentável. Na mesma linha de interpretação, Stamm & Drachenfels (2011, p. 7) sustentam que esforços em torno da inserção em cadeias de valor são fundamentais¹⁴. Desta forma:

[...] value chain development approaches have evolved over time and nowadays frequently need to be more complex interventions as working on the vertical linkages is often no longer sufficient. Successful promotion of value chains today depends on the integration of public and private service providers and on creating an enabling environment. In addition to that, impacts on the horizontal level need attention.

Kahan (2011, p. 22) adverte que *value chain coordination is a service that is not usually provided by public sector extension services*. De outro lado, num cenário pluralista de extensão rural, sugere que a formulação de contratos (formais e informais) envolve transações próprias do agronegócio, certificações, *enforcement*, enfim, certo domínio que se vincula mais fortemente ao setor privado. Defende ainda que extensionistas do setor público são mais propensos ao trabalho de facilitar acordos informais. Para o autor, no entanto, embora certo número de funções nucleares deva permanecer no domínio do governo, tais serviços precisam estar focados para a criação de um ambiente propício ao setor privado. De outro lado, a competitividade precisa ser garantida no âmbito das cadeias produtivas, com uma extensão pública¹⁵ focada na ampliação de estratégias diversificadas que apoiem pequenos agricultores vulneráveis em termos de rentabilidade e competitividade. Parte importante da conclusão de seu estudo, corroborada pelo trabalho de Swanson (2010), indica que:

produtivas parecem estar mais presentes nos casos de Chile e Perú, quando observados no conjunto selecionado.

¹⁴ Entre as diversas atribuições institucionais, apontadas no texto, para diferentes áreas, oito ações globais são financiadas pela IFAD (International Fund for Agricultural Development), agência especializada da UN: 1. *Establishment of and support to farmers' organizations to improve producers' bargaining power, to bulk produce and to lower transaction costs*; 2. *On-farm storage (e.g. warehouse receipts) for farmers to benefit from seasonal price fluctuations*; 3. *Contract farming*; 4. *Out-grower schemes*; 5. *Market linkages between producers and processors*; 6. *Infrastructure development*; 7. *SME development for value-added processing*; 8. *Support for certification and improving quality standards* STAMM e DRACHENFELS (2011, p. 10).

¹⁵ Uma crítica genérica quanto a funcionalidade dos serviços de extensão rural é apresentada no texto. O autor defende a "ad hoc" como forma de superar a burocracia e argumenta que: *Extension services have often invested much time and money in setting up and maintaining the system rather than in the delivery of actual services. Public sector extension is largely underfunded and under-equipped and given multiple responsibilities, so it is often ineffective. A better understanding of the management of extension services and their weaknesses and constraints is a crucial prerequisite to create an effective and efficient service delivery organization. Changes are needed in the numbers of extension staff, their technical background and skills and competencies. New incentive systems are required within a more structured better performing management system that ensures stronger performance at the field level* (KAHAN, 2011, p. 61).

[The] linear model of technology transfer from research to extension and on to farmers has been replaced by a more dynamic system where human skills and capacity are essential to adapt the farm business to market (KAHAN, 2011, p. 73).

O Grupo Neuchâtel, referência internacional em serviços de extensão rural, oferece um rico conjunto de estudos, em diferentes áreas de pesquisa¹⁶. Assim como fora destacado por Burton Swanson (2006), Carmen Hess et al (2007) e Ian Christoplos (2008), o MOASS parece representar o centro das ações de orientação para o mercado, tanto para agricultores como para outros atores das cadeias de valor. A diversificação de orientações dependerá, segundo o grupo, de mediações engendradas por mecanismos públicos e privados que garantam o acesso da população rural mais pobre no mercado (Neuchâtel Group, 2008). O aumento da competitividade dos pequenos produtores é uma meta central realçada pelo grupo, visto que:

[...] pro-poor MOAAS are knowledge services which assist small- to medium-scale farmers and other actors in agricultural value chains to increase their access to markets and secure benefits from commercialization (Neuchâtel Group, 2008, p. 11).

Vermeulen et al (2008), oferecem acréscimos conceituais importantes para a interpretação das políticas de acesso ao mercado. Ao analisarem as possibilidades de acesso dos pequenos produtores aos modernos mercados agroalimentares (*modern markets*), introduzem ferramentas metodológicas direcionadas à competitividade daquele público. Os eixos centrais vinculam-se e justificam-se por um conjunto de quatro elementos: (a) mercados modernos substituem rapidamente mercados tradicionais, aumentando o risco de pobreza para agricultores e comunidades rurais; (b) bons parceiros de negócios são desejáveis, especialmente para produtos de qualidade demandados pelo mercado consumidor e para a promoção da cooperação entre os múltiplos atores (*multi-stakeholder*); (c) governos procuram por iniciativas que promovam o desenvolvimento rural, representando assim um potencial estimulador de projetos nesta linha e (d) instituições (regras do jogo) importam para a concretização de mercados e, portanto, das cadeias produtivas nele inseridas. A este conjunto de interpretações, soma-se a ideia de que cada região possui realidades e mecanismos próprios:

To understand the dynamics of the agrifood sector in a particular country, or in a defined region, we need to look at both global and domestic drivers of change and the trends they create. It is also critical to understand the implications (issues and opportunities) of these trends for different actors in general and for small-scale producers' inclusion in particular. Although there is a set global drivers influencing markets worldwide, factors at the domestic level can also have a significant

¹⁶ Em Neuchâtel, Suíça, estudos sobre extensão rural foram conduzidos pelo grupo. No site do G-FRAS, encontra-se o seguinte histórico: *An informal group of representatives of bilateral and multilateral cooperation agencies and institutions involved in agricultural development in the countries of sub-Saharan Africa was set up in 1995 out of a meeting hosted by the Swiss Agency for Development and Cooperation in Neuchâtel, Switzerland [...]. Through a series of case studies and joint reflections, this 'Neuchâtel Initiative Group' is helping to bring a measure of convergence to thinking on the objectives, methods and means of support for agricultural extension policies* (<http://www.g-fras.org>).

influence. Consequently the nature and pace of change vary between different countries, or even different continents (VERMEULEN et al, 2008, p. 20).

A complexidade da relação que se estabelece no processo, para Vermeulen et al (2008, p. 57), pode ser ilustrada pela figura 3. Percebe-se uma variada combinação de etapas que vão desde atividades e eventos de preparação e planejamento, até processos mais elaborados, como nos casos de *field visits* e *study tours*. Privilegia-se, portanto, uma metodologia de ação e engajamento em torno dos propósitos de orientação para participação em cadeias de valor.

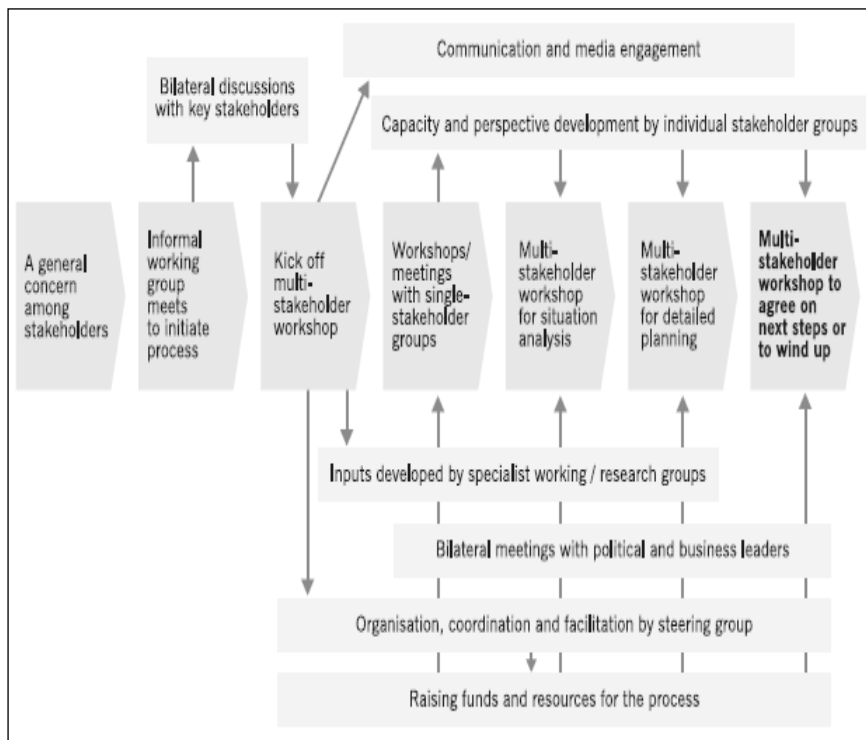


Figura 3: A hypothetical multi-stakeholder process

Fonte: adaptado de VERMEULEN, et al (2008).

O desfecho deste debate, sob o contexto anterior do novo desenvolvimentismo, requer alguns encaminhamentos. Inicialmente, percebe-se o quanto factível e promissora mostra-se uma investigação combinada de abordagens. De um lado, complementam-se, de outro, permitem inferir dados sobre certa realidade. A literatura sobre o novo desenvolvimentismo oferece importante reflexão acerca do *novo papel* do Estado e, a abordagem sobre extensão rural, permite verificar o quanto aquelas interpretações convergem para o compromisso de orientação de pequenos produtores para o acesso ao mercado. Neste cenário, muitos elementos surgem com propriedade, entre eles, a competitividade, as cadeias de valor, a inovação e a ação extensionista voltada ao mercado. Fica, portanto, evidente a correspondência entre as duas abordagens teóricas e, com

certeza, investigações empíricas são realmente promissoras em diferentes realidades e áreas de pesquisa que contemplem o cenário da extensão rural.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central desta pesquisa – o de cotejar a abordagem novo-desenvolvimentista com a literatura sobre extensão rural - garantiu resultados importantes. Inicialmente, deve-se destacar que a orientação ao mercado, ou o seu acesso, pôde ser detectada na literatura internacional sobre extensão rural e está, assim, plenamente caracterizada. De outro lado, aspectos teóricos trabalhados sobre o papel do Estado em cenário contemporâneo demonstram a centralidade do mercado enquanto elemento essencial aos objetivos próprios do desenvolvimento produtivo. Especialmente nesta discussão, é possível observar referências a um *Estado estratégico* que consiga atuar em um mundo mais desafiador e complexo. Certa complementariedade desta atuação com a iniciativa privada representaria uma alternativa promissora ao neoliberalismo, ao mesmo tempo em que configurar-se-ia como um *terceiro discurso* ou caminho do meio para o debate.

Estado forte, mercado forte, que proporcione desenvolvimento produtivo e social. Este parece ser um objetivo central do novo desenvolvimentismo. Recolocase a relação entre Estado e mercado em um patamar que assegura, ao primeiro, um sentido de ator estratégico. Nesta perspectiva, correspondências entre as políticas preconizadas pelo novo-desenvolvimentismo e a literatura internacional sobre extensão rural são evidentes, dialogam e assumem nítida sintonia.

As políticas de extensão rural orientadas ao mercado - indicadas neste trabalho como políticas *pro-market*, englobam um conjunto de preceitos que orbitam o cenário de desenvolvimento produtivo anteriormente apontado. O centro das orientações, o *MOASS*, estabelece diretrizes de acesso ao mercado tanto para agricultores como para outros atores das cadeias de valor, inclusive com ferramentas metodológicas direcionadas à competitividade daquele público (*value chain learning*). Tais políticas representariam possibilidades para atividades marginais, sobretudo.

Nesta literatura é possível, portanto, constatar o esforço de exaltar elementos próprios de atuação em mercados complexos de valorização produtiva (usualmente estudados através do conceito *recovering markets*), tais como a agregação de valor, o estabelecimento de relações comerciais (contratos), a inserção em cadeias produtivas e de valor (*value chains*), a valorização da competitividade, a ampliação de conhecimentos mercadológicos e a prescrição da inovação ou *agricultural innovation system* como ação desejável (em sentido *lato senso*). Em adição, considera-se que pequenos produtores devem estar inseridos de forma estratégica em mercados (locais ou globais) para se reduzir a pobreza rural e a fome via rentabilidade e competitividade. Neste sentido, a preparação, organização e atuação em termos de recursos humanos orientados ao mercado (*economic literacy*) representa importante tarefa.

Verifica-se a prescrição de um fortemente de engajamento político no âmbito dos trabalhos de extensão rural voltados a concretizar o acesso ao mercado, destacando-se, em alguns casos, os agentes promotores desta ação (como no caso da indicação de ministérios de agricultura e finanças dos países). Esta orientação talvez represente a correspondência mais marcante com o debate novo desenvolvimentista, chegando ao ponto específico de recomendar-se ampla reformulação das práticas extensionistas em prol do acesso a mercados - em sentido institucional. Ao apontar a complexidade das exigências do mercado como uma real barreira a este empreendimento, novamente se assume a importância das

instituições no processo, sejam elas estatais ou não, desprezando o modelo tradicional de extensão rural (voltado unicamente à transferência de tecnologia).

A sintonia existente entre as ações extensionista preconizadas pela literatura internacional e o modelo político de valorização do mercado como elemento propulsor do desenvolvimento (produtivo) é notória; convergindo em igual direção. A defesa de uma ampla interação dos atores envolvidos em cadeias produtivas (não somente os agricultores) corrobora a intenção de ampliar a participação de pequenos agricultores em mercados complexos ("inclusão produtiva"), fortalecendo-os enquanto instituição basilar do novo desenvolvimentismo.

Por fim, vale ressaltar que, a despeito dos valores que ambas as abordagens possam encerrar, não se verifica, sequer minimamente, referências em torno da questão da legitimidade e do poder no qual os mercados são constituídos. Assim, as duas abordagens mostram-se, senão apolíticas, destituídas de análise crítica acerca da construção daqueles mercados e das questões de poder inerentes ao processo. Esta constatação é ao mesmo tempo uma recomendação para novos estudos e uma limitação desta pesquisa. Percebe-se, enfim, o quanto factível e promissora mostra-se uma investigação combinada de abordagens e o quanto ainda se pode avançar no sentido de entender e desvendar as políticas voltadas à extensão rural.

5. REFERÊNCIAS

AGUIRRE, F. **El nuevo impulso de la extensión rural en América Latina: situación actual y perspectivas**. 2012.

ALARCON, E. **The institutional structure of rural extension and public-private relations in Latin America**. RELASER Red Latinoamericana para Servicios de Extensión Rural, Santiago, 2012.

BARCELOS, S. **A desigualdade social no meio rural brasileiro e a opção econômica pelo agronegócio**. Comitê Permanente de Juventude Rural. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural. Pastoral da Juventude Rural. 2013. Acesso em 03/09/2013. < <http://www.pjr.org.br>>.

BASTOS, P. **A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 779-810, dez. 2012.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Novo-desenvolvimentismo**. Folha de São Paulo/ Caderno Dinheiro, 19/09/2004.

_____. **O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional**. São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006.

BUAINAIN, A. et al. **Sete teses sobre o mundo rural brasileiro**. Revista de Política Agrícola, ano XXII, número 2, 2013.

CALDART, R. et al. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012.

CAMPOS, S.; NAVARRO, Z. **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?** Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013.

CARDOSO JUNIOR, J; SIQUEIRA, C. **Complexidade e desenvolvimento: diálogos para o desenvolvimento.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Rio de Janeiro, 2011.

CHRISTOPLOS, I. **Agricultural advisory services and the market.** Swedish International Development Cooperation Agency – SIDA. Overseas Development Institute - ODI. Natural Resource Perspectives, 2008.

CHRISTOPLOS, I. et al. **Guia para avaliação de extensão rural.** Global Forum for Rural Advisory Services (GFRAS), 2013.

DIESEL, V. et. al. **Extensão rural no contexto do pluralismo institucional.** Ijuí: Unijui, 2012.

DOBBIN, F. et al. **The global diffusion of public policies: Social construction, coercion, competition, or learning?.** Annu. Rev. Sociol. 33, 2007.

FERREIRA, L. **O papel do Estado brasileiro e o “novo-desenvolvimentismo”: mais do mesmo ou uma nova sociedade?** Análise preliminar a partir da experiência histórica e as relações de classe. Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO. 2012.

FIANI, R.. **Problematizações acerca do conceito de um “novo” estado desenvolvimentista.** Texto para Discussão 1749. Brasília, 2012.

FIORI, J. L. **A miséria do "novo desenvolvimentismo".** Valor Online (30/11/2011).

FLEURY, S. **Do welfare ao warfare state.** Le Monde. Diplomatie Brasil, 2013.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo, Atlas, 2008.

GFRAS. **Extension services: case studies.** Global Forum for Rural Advisory Services (GFRAS), Position Paper, 2012.

GONÇALVES, R. **Nacional-desenvolvimentismo às avessas.** IPEA. CODE 2011: Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. Área temática número 4: desenvolvimento econômico.

HESS, C. et al. **Reader: pro-poor services in value chain promotion.** Division 314 – Rural Development; Global Food Security - GTZ. 2007.

KAHAN, D. **Market-oriented advisory services in Asia** – a review and lessons learned. RAP Publication. Food And Agriculture Organization Of The United Nations Regional Office For Asia And The Pacific. Bangkok, 2011.

LOUW, A. **Agribusiness linkages in the Southern African region: small farmer participation.** Regoverning Markets, Policy Brief 2, University of Pretoria, Department of Agricultural Economics, Extension and Rural Development, 2008.

MATTEI, L. **Gênese e agenda do novo desenvolvimentismo brasileiro**. Revista de Economia Política, vol. 33, nº 1 (130), pp. 41-59, janeiro-março/2013.

MOAAS. **Study on Market Oriented Agriculture Advisory Services Approaches**. AFAAS/Forum for Agricultural Research in Africa (FARA). Agriculture and Livelihood. 2011.

NEUCHÂTEL GROUP. **Common Framework on Market-Oriented Agricultural Advisory Services**. Lindau (Switzerland): Swiss Center for Agricultural Extension and Rural, 2008.

OREIRO, J. ; PAULA, L. **Novo-desenvolvimentismo e a agenda de reformas macroeconômicas para o crescimento sustentado com estabilidade de preços e equidade social**. Texto Preliminar para Discussão – versão 19/10/2009.

MEJÍA, H. **Situación y perspectivas de los programas de extensión rural en América Latina y el Caribe: algunas recomendaciones para la formulación de políticas**. Proyecto ESAS/ LAC. Consórcio ARCOS Argentina, Colômbia, Costa Rica. 2003.

POUPART, J. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

RAJALAHTI, Riikka, et al. **Agricultural innovation systems: an investment sourcebook**. The World Bank, Washington, 2012.

RAJALAHTI, Riikka. **Information** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <maurosopena@unipampa.edu.br> em 16 set. 2013.

SAAD-FILHO, A.; MORAIS, L. **Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula**. Revista de Economia Política, vol. 31, nº 4 (124), pp. 507-527, outubro-dezembro/2011.

SCHNEIDER, Sérgio. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate**. Revista de Economia Política, vol. 30, no 3. 2010.

SCHNEIDER, B. R. **O Estado desenvolvimentista no Brasil: perspectivas históricas e comparadas**. Texto para Discussão (1871). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Rio de Janeiro, setembro de 2013.

SEVILLE, D.; BUXTON, A.; VORLEY, B. **Under what conditions are value chains effective tools for pro-poor development?** Ford Foundation. International Institute for Environment and Development / Sustainable Food Lab. 2011.

SISCU, João; PAULA, Luiz Fernando; MICHEL, Renalt. **Por que novo-desenvolvimentismo?** Revista de Economia Política. 2007, vol.27, n.4.

SULAIMAN, R.; DAVIS, K. **The “new extensionist”: roles, strategies, and capacities to strengthen extension and advisory services**. Global Forum for Rural Advisory Services (GFRAS), 2012.

STAMM, A.; DRACHENFELS, C. **Value chain development**: approaches and activities by seven UN agencies and opportunities for interagency cooperation. International Labour Organization 2011.

SWANSON, Burton. **The changing role of agricultural extension in a global economy**. Seminal Article Series. Volume 13, Number 3. University of Illinois at Urbana-Champaign. JIAEE Editorial, 2006.

_____. **Changing extension paradigms within a rapidly changing global economy**. Rural Development News. 2010.

SWANSON, Burton. **Agricultural Extension** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <maurosopena@unipampa.edu.br> em 20 set. 2013.

SWANSON, Burton E.; RAJALAHTI, Riikka. **Strengthening agricultural extension and advisory systems**: procedures for assessing, transforming, and evaluating extension systems. Agriculture and Rural Development Discussion Paper 45. The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank, 2010.

TEIXEIRA, Gerson. **O agronegócio é 'negócio' para o Brasil?** Associação Brasileira de Reforma Agrária. MST. 2013. Acesso em 03/09/2013. <<http://www.mst.org.br/content/o-agronegocio-e-negocio-para-o-brasil>>.

VERMEULEN, S. et al. **Chain-wide learning for inclusive agrifood market development**: a guide to multi-stakeholder processes for linking small-scale producers to modern markets. International Institute for Environment and Development, London, UK, and Wageningen University and Research Centre, Wageningen, the Netherlands, 2008.